**PARECER DO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, ÀS EMENDAS NºS 2 A 4 APRESENTADAS
AO PROJETO DE LEI Nº 7.569, DE 2006.**

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o relatório de um parecer de determinada Comissão tem de ser adstrito à questão política. Não tem de dizer se este ou aquele Governo pode ou não ter condição de acatar ou desacatar uma emenda.

Lamento que a pessoa imbuída da condição de Relator venha fazer uma colocação com dose política. Não se pode fazer isso em questão que é técnica.

Já que houve essa posição, sem entrar no mérito das emendas, eu quero lembrar que esse é um projeto que está com urgência constitucional, e é por causa da urgência constitucional, com a questão das medidas provisórias, que tem atravancado a ação parlamentar desta Casa.

Para que não paire dúvida quanto a minha posição, deixo claro que não estou fazendo posicionamento nem de Situação, nem de Oposição. Meu posicionamento é apenas no aspecto regimental.

Somos pela rejeição das emendas, à vista dos pareceres anteriormente apresentados.

Faço questão de deixar bem claro que, independentemente de Parlamentares remanescentes ou novos, lamentavelmente, o Governo tem feito um apêndice desta Casa. E para que regimentalmente eu não seja óbice, sou pela rejeição das emendas.